

Transformações regressivas e a presente transição brasileira em Ignacio Rangel

Alexis Dantas*
Elias Jabbour**

Resumo

Após quase uma década de sua morte, o Pensamento Independente de Ignacio Rangel retorna ao centro do debate de ideias acerca dos destinos de nosso país. No sentido de apreciar e analisar a presente problemática brasileira e apontar ao seu futuro, este artigo tem por objetivo recolocar e desenvolver os principais enunciados deste pensador. A percepção das transformações regressivas sofridas pela economia brasileira na década de 1990 e os avanços verificados desde 2003 nos leva a perceber um processo de transição à Quarta Dualidade rangeliana. Processo inconcluso este cujo sucesso demanda superar as institucionalidades criadas no âmbito do Plano Real e do Regime de Metas de Inflação.

Palavras-chave: Pensamento independente de Ignacio Rangel; Capitalismo brasileiro; Transição; Quarta dualidade; Socialismo.

The present and the future of brazilian capitalism in Ignacio Rangel

Abstract

After nearly a decade of his death, the Ignacio Rangel Independent Thought returns to the center of debate about the fate of our country. In

* Professor da Faculdade de Ciências Econômicas – FCE/UERJ (alexis.dantas@gmail.com).

** Professor da Faculdade de Ciências Econômicas – FCE/UERJ (eliasjabbour@terra.com.br).

order to assess and analyze the Brazilian present problematic and point to their future, this article aims to replace and develop the main of this thinker's statements. The perception of regressive transformations undergone by the Brazilian economy in the 1990s and the progress achieved since 2003 leads us to notice a present transition process to the Fourth Duality. This incomplete process whose success demands exceed institutionalities set up under the Real Plan and the regime of Inflation Targeting Regime.

Key words: Ignacio Rangel independent though; Brazilian capitalism; Transition; Fourth duality; Socialism.

Introdução

Nos últimos dez anos, notadamente após a publicação de suas “Obras Reunidas” e por ocasião da passagem de seu centenário de nascimento, o nome de Ignacio Rangel retornou ao centro do debate de ideias. Trata-se de um fato com certa alvissara diante do retorno de um nível mínimo de debate e da quase proscricção de seu pensamento durante a década de 1990. Na verdade, existe uma restituição da verdade com relação à obra de Ignacio Rangel após uma conspiração do silêncio, muito semelhante ao que ocorreu com o marxismo durante décadas nos cursos de economia do Atlântico Norte; postura esta que não resistiu ao ocaso teórico que atingiu em cheio o pensamento ortodoxo após a crise de 1929¹.

¹ Ainda é muito difícil encontrar professores e pós-graduandos letrados e minimamente conhecedores dos princípios básicos da ciência econômica produzida por Rangel, assim como é muito corrente visões distorcidas sobre seu pensamento. A similaridade com a (não) aceitação da obra de Marx é sugestiva. Neste sentido, é interessante esta descrição por Joan Robinson sobre a admissão do pensamento de Marx nos círculos acadêmicos: “(...) desdenhoso silêncio, quebrado apenas, aqui e ali, por uma zombeteira nota de rodapé” (tradução livre nossa). In, ROBINSON, J.: **An Essay on Marxian Economics**. Papermac160. London, 1942. p. xxii.

Por outro lado, o “pensamento único” e os descaminhos do país iniciados ainda com Ignacio Rangel em vida não somente mostraram-se incapazes de dar um fim na história – e, conseqüentemente, no debate de ideias. Não se obteve sucesso, o contrário é verdadeiro, na elaboração de soluções perenes a profundos problemas nacionais estartados pela combinação entre: 1) os choques do petróleo (1973 e 1979) e a moratória mexicana (1982); 2) as contradições inerentes, no Brasil, entre o esgotamento da capacidade de endividamento externo como forma de financiamento do crescimento do produto nacional e o ensejo da transformação da *crise de superprodução/superpopulação agrária* em *crise de superpopulação urbana* ainda na década de 1980, crise tal que se expressa em explosivo óbice, também, urbano nos dias atuais e 3) enfeudamento da *superestrutura* nacional por forças políticas estranhas aos objetivos estratégicos da Era Vargas.

A economia brasileira nos últimos 25 passou por profundas, ainda que atenuadas desde 2003, *transformações regressivas*. Transformações de tal monta que colocaram em ampla questão a linha de continuidade de nosso duro processo de desenvolvimento acelerado, sobretudo após a Revolução de 1930. Da mesma forma que o Consenso Keynesiano foi substituído pela Contrarrevolução Monetarista (Villareal, 1984), no Brasil a crise do modelo Nacional-Desenvolvimentista foi seguida pela vitória da agenda “estabilizadora” com todas as conseqüências econômicas, sociais e, sobretudo, políticas sentidas até os dias de hoje².

O caráter periférico de nossa economia tem concretude na sensibilidade com que ocorrências de ordem internacional

² De forma estilizada as *transformações regressivas* podem ser sintetizadas nos resultados de alguns processos simultâneos, e relacionados entre si, na desregulamentação financeira do início da década de 1990, processo de privatizações de empresas estatais, exposição à internacionalização produtiva pela via da abertura comercial e o rentismo como a face da mesma moeda de grandes parcelas do empresariado produtivo nacional.

interferem diretamente no processo de desenvolvimento. As *transformações regressivas* ocorridas na economia brasileira e a recente tentativa de retomada de alicerces a um projeto nacional têm causa profunda tanto no fim da URSS e consequente reordenamento agressivo do imperialismo em escala internacional (*financeirização*, elevação do seu poder de agressão militar) quanto na transformação – na outra ponta – da República Popular da China em um poderoso polo gravitacional capaz de refundar, na esteira da crise financeira internacional, princípios de multipolaridade com a intensa participação do Brasil conforme a formação e o desenvolvimento do chamado grupo do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) tem atestado.

É neste ambiente de rápidas transformações, internas e externas, que o pensamento de Ignacio Rangel é retomado, ganha força e se legitima como peça científica com grande margem de validação teórica/empírica. Neste sentido o objetivo é mostrar a atualidade da obra de Rangel à realização do passo adiante a ser seguido pela economia brasileira cuja possibilidade assenta-se na possibilidade de manutenção da transição à Quarta Dualidade³ iniciada em 2003, demonstrando suas potencialidades. Além disso, buscar-se-á elencar os limites intrínsecos e expostos com a presente crise (política e econômica) que deve ser analisada no âmbito de uma dualidade institucional cuja fronteira rompida com a experiência da “Nova Matriz Macroeconômica” demanda o lançamento do debate de ideias a outro patamar.

³ A Quarta Dualidade pode ser definida como o novo pacto de poder substituinte ao pacto inaugurado com a Revolução de 1930 e em obediência à importância adquirida pela burguesia industrial (que seria o sócio maior do novo pacto) e mudanças qualitativas no *polo externo*. Sobre as Dualidades Básicas e suas leis de funcionamento, ler: RANGEL, I.: *A história da dualidade brasileira*. In: RANGEL, I.: **Obras Reunidas**. v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. P. 655-686. De forma específica acerca da Quarta Dualidade, RANGEL, I.: “A quarta dualidade”. In, RANGEL, I.: **Obras Reunidas**. v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. P. 645-654.

O artigo, além desta introdução, está dividido em três seções. A seção dois analisa as condições objetivas internas e externas que assentaram as *transformações regressivas* sofridas pela economia nacional com o advento do consenso neoliberal e suas instituições no Brasil, assim como a necessidade de retorno ao pensamento rangeliano e sua valia como instrumento de penetração na realidade. A terceira seção é dedicada à uma análise dos avanços verificados no Brasil após as eleições que elegeram Lula em 2002 e a relação entre esses avanços e o início da transição à Quarta Dualidade, assim como os limites institucionais constrangedoras à viabilização do capitalismo maduro – notadamente o Plano Real e a implementação do Tripé Macroeconômico (1999). Neste aspecto, ao recolocarmos as categorias rangelianas como funcionais à compreensão do atual, o indicamos como o núcleo teórico da estratégia nacional brasileira. Na conclusão, é procedida um chamado à atualidade de pensamento de Ignacio Rangel.

Sobre o pensamento de Ignacio Rangel e as *transformações regressivas* da economia brasileira

A ciência produzida por Ignacio Rangel é uma adaptação peculiar e criativa do *materialismo histórico* à realidade de uma *formação social complexa*, tendo como seu principal atributo sua *perifericidade*, transformando a gravitação em torno do *centro dinâmico* da economia internacional em *lei objetiva do processo de desenvolvimento*. Esta gravitação/sensibilidade aos *ciclos de longa duração* gerados no seio do centro dinâmico faz-se notar em movimentos de crescimentos “para fora” (exportações) e “para dentro” (substituição de importações) com movimentos políticos, e transformações qualitativas no âmbito da *superestrutura*, como resposta à lógica de crises de realização do sistema capitalista. Transformações na *base econômica* são também reflexo de mudanças institucionais requeridas por desequilíbrios estruturais

DANTAS, A. & JABBOUR, E. Transformações regressivas e a presente...
latentes e expostas na lógica dos ciclos decenais breves
(juglarianos brasileiros)⁴.

Esgotamento de um processo

O processo de desenvolvimento econômico no Brasil seguiu os parâmetros cíclicos de seus congêneres do centro dinâmico, numa trajetória lógica de ganhos de musculatura nas indústrias de tipo *nascente*, seguidas das cadeias supridoras de equipamento e material de construção, implantação de cadeias em indústria mecânica pesada e comunicação entre os setores de bens de produção e de consumo ocorrendo pelo elo da indústria química; desembocando em grandes plantas industriais de bens de consumo duráveis. Um processo de industrialização assentada no binômio Departamento 1 de tipo artesanal/Departamento 2 à implantação, no final da década de 1970 do Departamento 1 Novo (indústria mecânica pesada). Entre 1930 e 1980, as taxas médias de crescimento do PIB situaram-se acima dos 7% do PIB, sendo que, na última década desse período, a mesma taxa se situou ao nível de 8,7 % anuais (ALMEIDA, 2007, p. 23). Trata-se de um caso de dinamismo econômico somente verificado, no período, no Japão e ex-URSS⁵.

⁴ Esta dialética dos ciclos juglarianos brasileiros é bem desenvolvida em: MAMIGONIAN, A: *Introdução ao pensamento de Ignacio Rangel*. GEOSUL. v. 2, n 3. 1987. p. 63-71.

⁵ Dinamismo econômico pouco estudado, e de certa forma mal interpretado, sob as hostes de uma combinação entre *atraso x estagnação* completamente estranha aos dados de uma realidade onde a dialética entre *atraso x dinamismo* guarda muito mais concretude à análise. Eis uma diferença fundamental entre Ignacio Rangel e seus contemporâneos estruturalistas. Neste sentido, é importante lembrar Maria da Conceição Tavares (1977, p. 18), conforme segue: *A esta altura, entre os chamados 'economistas heterodoxos', primavera ainda, a interpretação estagnacionista, derivada de uma análise da tendência, projetada e entendida como o 'limite' do modelo de expansão anterior. Um dos poucos economistas brasileiros do meu conhecimento que não participava dessa visão era Inácio Rangel, ao qual devo as mais*

Causa e consequência deste processo reside numa outra gama de análise. Entre 1930 e 1980, o Brasil transitou de uma lógica de acumulação de tipo *hinterland* litorânea à completa conexão de seus mercados internos regionais. Esse processo deu conteúdo a uma *complexa* divisão social do trabalho que expressara de um lado um dinamismo industrial centrado primeiramente na região sudeste e, de outro, desequilíbrios de corte regional, e mesmo produtivo, nada desprezíveis⁶.

Abrindo necessário parêntese. Esta questão da natureza do desenvolvimento e seu caráter “equilibrado” ou “desequilibrado” guarda fundamental importância na análise dos rumos seguidos pelo país na década de 1990 e, também, no processo corrente. Sob nosso ponto de vista, o processo de desenvolvimento não se desenvolve em linha reta, ao contrário. Trata-se de um processo contraditório que emerge na busca de soluções para determinado nível acumulado de desequilíbrio. E tem no desequilíbrio seu *leitmotiv*, sua própria razão de ser e existir o que, inclusive, legitima o *planejamento econômico* como o principal critério de validade teórica da Economia como ciência em sua *essência* (Economia Política). Além disso, antes de retirar (o desenvolvimento) a sociedade de um estado perene de desequilíbrio, o promove. Sob a forma de desequilíbrios de natureza diversa às pretéritas. O equilíbrio, assim sendo, é algo completamente estranho ao processo.

Retornando à dinâmica da economia brasileira, o “modelo” se esgotou sob os auspícios da combinação entre hiperinflação e endividamento externo nos anos de 1980. Se por um lado Rangel percebia, pioneiramente, o papel progressista da inflação como

importantes intuições sobre a natureza central da acumulação naquele período de transição – a necessidade de transferir excedentes dos setores atrasados ou poucos dinâmicos para os de maior potencial de expansão.

⁶ O que implicou, também, na assimilação, da região sul ao centro dinâmico da economia nacional (sudeste), assim como o atual processo de incorporação da região centro-oeste.

irmã siamesa de nosso desenvolvimento, também observara, e previra, o esgotamento do papel de imobilização do sistema pela inflação⁷. A crise de financiamento da economia demandava mudanças no próprio papel do Estado e a tomada do leme do investimento pela iniciativa privada. A tarefa de institucionalização de um aparelho de intermediação financeiro nacional, as concessões de serviços públicos a empresas privadas nacionais e regulação estatal do comércio exterior seria o passo adiante à consolidação do capitalismo nacional brasileiro pela via da internalização do centro dinâmico da economia internacional (capital financeiro). Mudanças institucionais qualitativas urgiam por implementação. Seria a inauguração da Quarta Dualidade.

O pensamento de Ignacio Rangel diante da “apostasia brasileira”⁸

É sabido que a década de 1990 marcou uma grande derrota de cunho estratégica ao movimento comunista e, mesmo, a nascentes projetos nacionais – sobretudo na América Latina (Brasil e México, por exemplo). O final da União Soviética teve sequência numa avassaladora ofensiva política, econômica, social, militar e ideológica encadeada pelo imperialismo numa versão requentada de fascismo, ainda mais violento e letal⁹. Violência alargada ao campo das ideias cuja marca da intolerância com a diferença é digital de um “pensamento único”, filosoficamente caracterizado pelo irracionalismo

⁷ Evidente que a num contexto de juros reais negativos a inflação induzia o aumento da taxa de imobilização do sistema, uma corrida ao investimento como forma de proteger ativos, criando novos ativos.

⁸ O termo “apostasia” é sinônimo de retrocesso. Remete-se ao imperador romano Flavius Claudius Julianus (Juliano, o “apóstata”) reinante entre os anos 361 a 363. Momento marcado por uma tentativa de retrocesso a valores helenísticos atrasados em relação ao cristianismo aceito e induzido desde Constantino.

⁹ Ignacio Rangel descreve este processo em: RANGEL, I.: *Fogo, blindagem e conjuntura*. GEOSUL. v. 5, n 10. 1990. p. 7-19.

DANTAS, A. & JABBOUR, E. Transformações regressivas e a presente...

sob um véu “pós-moderno”. A *objetividade histórica* fora substituída pelo *relativismo metodológico* na própria base da teoria do conhecimento. Ainda sob o ponto de vista do método e da *episteme*, o concreto como expressão das *múltiplas determinações* fora deslocado do escopo da análise social em prol de julgamentos baseados em ordenações morais e retratos da realidade. O *niilismo* intenta proscrever a dialética, em prol do irracionalismo abrindo rumo e caminho à mediocridade intelectual inerente à era do capital monopolista e financiado criando e reproduzindo uma intelectualidade cada vez mais especializada, competitiva, inculta e, conseqüente, com valores humanos e humanísticos cada vez mais raros.

O Consenso de Washington é a conseqüência lógica de uma *apostasia* em âmbito internacional, o ponto culminante do acúmulo de forças do pensamento neoliberal e do próprio *imperialismo* desde a primeira crise do Petróleo e as eleições de Reagan e Thatcher. O fim da URSS é o toque de sapa. A grande questão é situar o Brasil neste contexto e, mesmo, perceber o alcance do pensamento de Ignacio Rangel em contexto de refluxo da corrente desenvolvimentista (possibilidade de fim da era substitutiva de importações) e a admissão subordinada de nosso país no processo de *financeirização*. Seria atual o pensamento produzido por Rangel nestas condições?

Tem sido muito comum situar o Rangel no rol dos grandes pensadores brasileiros do século XX. “Original”, “criativo” e outros justos adjetivos têm sido uma justiça feita de forma constante¹⁰. Por outro lado, grande parte das análises esbarra

¹⁰ Como por exemplo, em: BIELSHOWSKY, R. **O Pensamento Econômico Brasileiro. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. BRESSER-PEREIRA, L. & REGO, José M. *Um mestre da economia brasileira: Ignacio Rangel*. **Revista de Economia Política**. v. 13, nº 2 (50). Abril-junho/1993. DIAS PEREIRA, J. M. *O centenário de Ignacio Rangel*. **Revista de Economia Política**. v. 34, nº 4 (137). Outubro-dezembro/2014. CASTRO, M. H.; BIELSCHOWSKY, R. BENJAMIN, C.: *Notas sobre o pensamento de Ignacio Rangel no centenário de seu nascimento*. **Revista de Economia Política**. v. 34, nº 4 (137). Outubro-dezembro/2014.

justamente na necessária aplicação da ciência rangeliana ao Brasil pós década de 1990 e na impossibilidade – definitiva – de realização plena da Quarta Dualidade, a título de exemplo:

(...). Para isso, construiu um modelo criativo e eficaz, mas parece ter confiado demais em capacidade prospectiva. Segundo ele, a crise que começou na segunda metade da década de 1970 desembocaria nessa nova dualidade, com o capitalismo agrário no polo interno e o capitalismo financeiro, conduzido pelo Estado, no polo externo. (...). Passados cerca de trinta anos, podemos constatar que a teoria não previu corretamente o que estava por vir. (...). (CASTRO; BIELSCHOWSKY; BENJAMIN, 2014, p. 541).

O pensamento de Ignacio Rangel é *matéria histórica*, expressão *brasileira* da boa tradição da *Crítica da Economia Política* como a ciência da observação da ação das leis econômicas sobre o processo de produção, circulação e distribuição numa economia de mercado, regulada ou não pelo Estado. A relação entre *economia de mercado*, a *política* e as leis de determinada *formação social* em contato com impulsos externos é algo cuja sofisticação demanda profunda e séria visão de *processo histórico* e seus avanços, retrocessos, tomadas e retomadas, *anexas*. Rangel, como marxista de escol, tratou de detalhar um processo histórico de transições entre as diferentes etapas do capitalismo (comercial, industrial, financeiro), nos apontando – inclusive – o próprio caminho brasileiro de *transição ao socialismo*. E os imensos obstáculos *próprios* a um processo de luta de classes em torno da apropriação do excedente econômico. É processo político onde a *tática* e a *estratégia* não estão ligadas por uma linha reta, portanto sensível a derrotas, recuos e retrocesso em larga escala. A capacidade prospectiva de um cientista, cujas ideias propõem-se suporte à luta política e estratégica de uma classe social, não pode ser colocada em questão diante da *temporalidade* e do *movimento* e sim se as mesmas são capazes de alçar a visão humana além do

horizonte e em plena obediência às leis do desenvolvimento social e da própria ciência.

As ideias liberais não foram derrotadas com assunção de monarquias absolutistas ao desenrolar das revoluções Puritana e Francesa. O capitalismo não deixou de ter horizonte histórico com a proscrição das experiências de Gênova e Veneza, sufocadas por um feudalismo mais poderoso. O marxismo não perdeu sua validade com o fim das primeiras experiências socialistas, algo que o curto espaço de tempo já demonstra o contrário com a, atual, vitoriosa experiência socialista chinesa – pronta a assumir o papel de *polo externo* à presente Dualidade Brasileira. Exemplo desta constituição progressiva de um novo polo externo está na capacidade de influência da experiência chinesa a experimentos progressistas e desenvolvimentistas na América Latina (incluindo, claro, o Brasil) e África, demonstrando tanto a validade da *lei do desenvolvimento desigual* (Lênin) quanto o fato comprovado para quem “as apostasias tendem a fracassar” (MAMIGONIAN, 2014, p. 77). Neste contexto insere-se, evidentemente, a engenharia do futuro encarnada pelo pensamento de Ignacio Rangel e no complicado processo, na *unidade de contrários*, encarnado no atual movimento de transição à Quarta Dualidade iniciado em 2003. Cujos desdobramentos atuais poderão dizer se esta transição andarà adiante ou, mesmo, se sofreremos uma nova rodada de retrocessos selados num casamento perfeito entre neoliberalismo e fascismo; trama dostoiévskiana de “crime” contra a estabilidade monetária e de preços (consumo popular) e “castigo” (violência policial contra o povo, abertura comercial, arrocho monetário, fiscal e salarial).

Temos de reconhecer que partindo de uma análise da *estática*, numa concessão metodológica aos princípios da própria *economia neoclássica*, pode-se sim concluir que o caminho brasileiro apontado por Rangel está completamente comprometido, chegando ao ponto de reconhecer o autor como mais um entre

aqueles que fizeram uma ótima historiografia do processo de desenvolvimento brasileiro. Uma análise mediada pela *dinâmica* pode dar ao pensamento outra perspectiva e oportunidade de adaptação ao *momentum*.

Existem três variáveis basilares à compreensão do rumo estabelecido por Rangel ao Brasil e os estertores da Quarta Dualidade: **1)** A dialética da capacidade ociosa; **2)** A funcionalidade da formação de um sistema nacional de intermediação financeira; **3)** mudanças institucionais operativas à institucionalização da reserva nacional de mercado; **4)** ativo papel do setor privado nacional e das próprias multinacionais instaladas no país ao passo seguinte do processo de substituição de importações e **5)** intervenção estatal nos mecanismos de comércio exterior.

As *transformações regressivas*, alimentadas por um ambiente internacional de defensiva estratégica do socialismo, encetaram uma recomposição da demanda incapaz de abrir um novo ciclo de crescimento econômico vigoroso, ao contrário. A revisão do papel do Estado na economia (racionalização e descentralização do gasto/privatizações predatórias de empresas públicas) ocorreu no caminho oposto ao proposto por Rangel. A desregulamentação financeira provocando quadra regressiva de aumento do endividamento interno e externo; subordinação das cadeias produtivas nacionais à nova lógica de *acumulação financeirizada* onde as *fusões e aquisições* de fora para dentro incorreram em destruição de forças produtivas; integração comercial à *lei das vantagens comparativas* criando déficits comerciais insustentáveis e dependência de fluxos externos de capitais de curto prazo e, conseqüentemente, adesão plena a perversa lógica de internalização de crises financeiras, elevação de dependência externa e perda de soberania nacional (FMI).

Alguns dados são interessantes. No que tange ao processo de fusões e aquisições (F&As) transfronteiriças (que envolvem operações de capital estrangeiro no Brasil), as mesmas saltaram de 36,21% em 1991 para 67,31% do total das operações em F & As

em 1999, em grande parte concentradas nos setores financeiro, de metalurgia e energia¹¹. A questão da *intermediação financeira*, calcanhar de Aquiles da era substitutiva de importações e de central importância na perspectiva rangeliana – a despeito do intenso de informatização, sofisticação e de diversificação de portfólios – deixou de ter funcionalidade ao processo de desenvolvimento; fora absorvida por um ambiente propício tanto à *preferência pela liquidez* quanto à armadilha do crédito de curto prazo¹².

Em verdade as *transformações regressivas* sofridas pelo país desde a década de 1990 não tem sinônimo possível com possíveis definições de “estabilidade monetária” amplificadas aos quatro ventos, e até comemoradas anualmente (27/02)¹³, e sob nenhum aspecto macroeconômico: precificação da moeda, câmbio, inflação e dívida pública. A taxa SELIC somente caiu abaixo dos 40% em 1998. E abaixo de 30% ao ano em meados de 1999. A inflação, no ano de 1995 foi de 22%, variando 9% ao ano, em média, até 2002. A dívida pública líquida saiu de apenas 37% do PIB, em 1994, para mais 60% em 2002. Entre 1995 e 2002, a taxa de crescimento do PIB, consumo das famílias e taxa de investimentos tiveram aumento médio de 2,32%, 2,65% e 1,15%, respectivamente. A quebra do tecido social brasileiro foi vertiginosa, sentida até os dias atuais: o desemprego sai de 6,1% em 1994 para 11,5% em 2000¹⁴ numa demonstração sobre em quais ombros e de qual classe social deveria recair o preço da entrada do Brasil na era da

¹¹ KPMG Corporate Finance, Pesquisa de Fusões & Aquisições, 1998, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010.

¹² Sobre este processo, ler: PAULA, L. F.; HERMANN, J.: *Economic Development and Functionality of the Financial System in Brazil: a Keynesian approach*. In, BRESSER-PEREIRA, L. C.; KREGEL, J.; BURLAMAQUI, L (ed.) **Financial Stability and Growth: Perspectives on financial regulation and the new developmentism**. Abindon: Routledge, 2014. P. 261-281.

¹³ Data do anúncio do Plano Real.

¹⁴ Dados disponíveis em IBGE, IPEADATA, FIBGE e PNAD'S.

DANTAS, A. & JABBOUR, E. Transformações regressivas e a presente...

“modernidade”, via “choque de competitividade” e troca da industrialização e da soberania nacional pela dependência aprofundada e a barbárie social.

A grande política e o pensamento de Ignacio Rangel como o núcleo teórico da estratégia nacional brasileira

O estado de apostasia estartado na década de 1990 não pode ser visto como algo dado e definitivo. Tudo está em movimento, mesmo que o projeto seja postergado pela própria mudança na correlação de forças entre as classes sociais em disputa, e em todos os níveis. A Quarta Dualidade rangeliana sob a *hodierna* definição de formação de um núcleo político *heterogêneo* interessado na realização plena de uma estratégia nacional brasileira é parte de um conjunto de fatores cujos fulcros fazem sentir desde 2003, cuja comprovação inequívoca reside numa radicalização de posições no seio da sociedade brasileira desde 2013. O sentido histórico e estratégico desta disputa ainda é expressão da velha contenda entre *industrialistas* e *agraristas*, sendo os últimos de roupagem *monetarista* com estreitos vínculos ideológicos e intelectuais com os interesses do *imperialismo* em nosso país.

O que assistimos no último decênio é uma *transição* ainda inconclusa cuja análise deve remontar direta, e primeiramente, ao nível atual de realizações e a fronteira alcançada. Para em seguida expor o nível atual da luta política e as imensas dificuldades que nos cerca. Eis o passo, dentre outros, ao restabelecimento do pensamento de Ignacio Rangel como núcleo teórico da estratégia nacional brasileira.

Sinais da transição

A elevação das incertezas, a instabilidade como estabilidade são elementos que compõe ciclos de curta duração no âmbito da economia internacional de forma mais aguda que o estado normal do próprio ciclo econômico clássico. No Brasil a internalização

desta lógica pode ser sentida em crises cambiais frequentes entre a segunda metade da última década do século passado e o início da atual. O próprio comportamento da inflação aparentemente de “preços livres”, porém produto da ação perversa de *monopsônios/oligopsônios*, já percebidos e indicados por Rangel na década de 1960, é extensão da incerteza que contamina um já viciado sistema de formação de preços. Não é de se espantar que um país como o Brasil ainda conviva com inflação de bens primários no mesmo instante em que a *produtividade do trabalho* na agricultura quebra recordes anuais. Eis um ponto interessante. Incerteza e inercialidade tornam-se um binômio típico da era da “estabilização” como *deus ex machina* da ordem estabelecida.

Costuma-se colocar o bônus (redução da inflação, neutralização da inercial inflacionária) e o ônus (aumento da vulnerabilidade externa, taxas baixas e crescimento do produto) do Plano Real e a “grande engenharia”, ulterior ao Plano, do alinhamento dos preços (URV). Porém poucos se atentam ao *essencial* que reside num acordo tácito entre as classes dominantes de troca de base material obtida outrora nos ganhos com a hiperinflação ao crescimento geométrico anexo à dívida pública, alienação de patrimônio público pelas privatizações, imposição política e ideológica por parte do *imperialismo* de um *tripé macroeconômico* (metas de inflação, superávits fiscais e câmbio flutuante). A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) transformada em bandeira de agitação e propaganda, sedimenta o poder da negação do direito inalienável ao desenvolvimento e o planejamento como *essencialidades* em uma estratégia nacional de longo prazo¹⁵. Se no mundo a grande finança passa a ser o núcleo do poder político transnacional, no Brasil espelha-se o mesmo movimento com o deslocamento da burguesia industrial do pacto

¹⁵ Miguel Bruno delinea este processo de acoplamento do Estado pelo poder da finança. In, BRUNO, M. *Ortodoxia e Pseudodesenvolvimentismo: nunca dantes uma receita foi tão infeliz. Insight Inteligência*. Abril, Maio, Junho/2015. p. 94-105.

DANTAS, A. & JABBOUR, E. Transformações regressivas e a presente...

de poder *dual* surgido em 1930. Altas taxas de juros como receita à captação de uma poupança prévia ao investimento inexistente no país, logo *externa*; incorrendo na captação de poupança de fora, subsidiada por déficits comerciais. Logo, a abertura financeira com desregulamentação sobre o fluxo externo de capitais levou a perda de soberania do país sobre um preço básico e estratégico da economia, referimo-nos à taxa de câmbio¹⁶.

Cumprindo rigor teórico e metodológico, amparado pela visão marxista de mundo (dinâmica das classes sociais em todo e qualquer movimento de produção, acúmulo e apreensão do excedente em uma *formação social complexa*), ficam poucas margens para dúvidas: o Plano Real foi um bem sucedido golpe político, semelhante ao que se observa atualmente com a estatização das dívidas privadas bancárias na Europa e EUA, que muito antes de atentar ao combate à inflação em si, foi instrumento de concentração política de poder de uma classe (grande finança) sobre outra (industriais); classe última que cada vez mais se movimenta no rumo da imagem e semelhança à *classe dominante* sobre si mesma (industriais aderentes ao rentismo)¹⁷. A dupla face

¹⁶ Sobre este processo, ler: BRESSER-PEREIRA, L. C.: *Proposta de Desenvolvimento para o Brasil*. In, SICSU, J; PAULA, L. F. de; MICHEL, R. (org.): **Novo-Desenvolvimentismo**. Konrad Adenauer Stiftung, Manole. São Paulo, SP. P. 133-144. Sobre a visão rangeliana do papel da taxa de câmbio, ler: A “*verdade cambial*”. In: RANGEL, I.: **Obras Reunidas**. v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 243-245.

¹⁷ Não apreciamos a difusão de falsas polêmicas, nem tampouco evitamos polêmicas. E algumas devem ser postas à luz a bem da ciência ao serviço da transformação qualitativa da realidade, não restrita à simples observação abstrata. Assim sendo, evidente que caracterizar algo de aceitação total pela sociedade como um “golpe” demanda certa firmeza de assumir a possibilidade de isolamento em um ambiente de debate completamente contaminado e absorvido, mais em determinados lugares do que em outros, por noções e posições cujo interesse passam muito mais pela aceitação individual no “mercado de ideias” que se transformou os balcões de agências de fomento do que à pauta do

DANTAS, A. & JABBOUR, E. Transformações regressivas e a presente...

do atual *capital industrial brasileiro* é outra unidade de análise de grande valia à observação do *todo concreto*: o capitalista industrial descrito por Ricardo, transmutado em *rentier*, ao lado dos ainda presentes *rentiers* da terra sob as hostes da *preferência pela liquidez* como religião oficial da classe dominante encetando um limite *subjetivo* nada desprezível. Voltaremos a isso.

Existe uma base objetiva para definir o último decênio como parte de uma possível transição brasileira à *Quarta Dualidade* como expressão da superação do neoliberalismo em nosso país e a retomada de uma estratégia nacional renovada. A barbárie neoliberal que atingiu em cheio a América Latina aliada com mudanças qualitativas no *polo externo* (efeito *demanda* chinesa) foram duplamente responsáveis pela ascensão de governos de cunho *nacional e popular*, com diferentes níveis de radicalização, em nosso continente. E no Brasil, não foi diferente com as quatro vitórias eleitorais seguidas das forças progressistas. É evidente que o critério primário da análise antes de ser *econômico*, é *político/institucional*.

A economia brasileira, por outro lado, atendeu aos estímulos contraditórios de uma nova ordem política e eleitoral com o acento de institucionalidades enraizadas desde a década de 1990, cuja proscricção demanda força política acumulada. Em poucas palavras, a hegemonia eleitoral não pode ser confundida com hegemonia construída numa sociedade ainda exposta ao assalto subjetivo pelas ideias e instituições neoliberais. Esgarça-se uma *unidade de contrários* no seio da superestrutura nacional com repercussões

soerguimento da nação e da colocação dos trabalhadores em seu real lugar político demandado pela história. Ser rangeliano, neste tocante (como o marxismo), é uma posição política, antes de mais nada. O exemplo dele de combate ao senso comum cristalizado é seu maior legado que tentamos seguir.

claras sobre a economia do país¹⁸. Seu paradoxo encontra-se no ápice de uma economia de quase pleno emprego, porém sob forte pressão desindustrializante. Numa função renda do trabalho x PIB que têm subido muito acima da *produtividade do trabalho*. Trata-se de uma óbvia expressão da *dualidade básica*. Nada sutil.

A base de análise do atual estágio do processo de acumulação é o comportamento do setor privado e seu papel estratégico sob o ponto de vista de Ignacio Rangel. Base também para traçar uma linha de transmissão entre o citado comportamento e as institucionalidades que bloqueiam a realização da estratégia rangeliana ao país. Importante cotejar alguns dados. Por exemplo, a relação crédito/PIB salta de 26% em 2002 para 58% em 2014. Em valores nominais, no mesmo período, teve sinônimo para cima de R\$ 227 bilhões em R\$ 1,6 trilhão. Avançou, também, na chamada *intermediação financeira de longo prazo* com a retomada do papel original do BNDES como prestador em primeira instância: de R\$ 37,4 bilhões em 2002 a um pico de R\$ 190,4 bilhões em 2013¹⁹.

O ciclo político aberto de transição teve impactos em transformações de fundo nas relações exteriores. Na contramão da política externa anterior alinhada aos interesses do *imperialismo*,

¹⁸ Essa dualidade é cada vez mais exposta no desnível observado na natureza de determinadas instituições típicas de uma *formação social complexa* onde podemos compreender, partindo de uma formação hegemonicamente capitalista, como o Brasil, a convivência entre resquícios de remotos modos de produção com formações e instituições avançadas, e mesmo “parassocialistas” (primórdios de planificação do comércio exterior sob os governos de Ernesto Geisel e Lula). Daí termos claros resquícios feudais em instituições como o Supremo Tribunal Federal e o próprio Banco Central (enfeudado pelo capital financeiro) e corporações “parassocialistas” do nível da Petrobrás e a Embrapa. Combinação coerente com um país que em pequenas distâncias territoriais convivem, em unidade e luta, desde o capital financeiro paulista até a agricultura mais primitiva possível.

¹⁹ Dados extraídos do Banco Central do Brasil – Microdados.

intentamos positivamente na inviabilização do Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) numa triangulação política-estratégica capitaneada por Lula, Chávez e Néstor Kirchner; ação seguida de uma atitude ativa do Brasil capitaneando a retomada do MERCOSUL, a formação da UNASUL e CELAC, ampliando presença na África, na OMC e relegando o lugar de prestador para credor líquido do FMI e atual membro ativo do BRICS. A aludida, por Rangel, *planificação do comércio exterior* (direcionada ao *socialismo* e à *periferia*) avançou, por exemplo, com a transformação da República Popular da China (*socialismo*) em nosso principal parceiro comercial²⁰. O fluxo de comércio entre os dois países saiu do patamar de US\$ 4,1 bilhões em 2002 para US\$ 77,9 bilhões em 2012. Em 2005, a relação exportações totais x exportações à China foi de 5,77% e alcançando 18,77% em 2014²¹. Saldos positivos recorrentes em nossa balança comercial teve grande funcionalidade à queda de nossa vulnerabilidade externa e consequente elevação de reservas cambiais que saíram de US\$ 37,8 bilhões em 2002 para US\$ 379,8 bilhões em março de 2014²².

O crescimento médio do PIB, entre 1995 e 2002, de 2,3% (diante da média mundial de 3,4%) alcançou 4,1% entre 2003 e 2010, acima da média mundial no mesmo período (3,8%). Programas de transferência de renda e grandes investimentos localizados em infraestruturas incorreram em uma dinâmica regional perceptível com crescimento do produto, por exemplo, na região Nordeste de 58% entre 2003 e 2014, acima da acumulado nacional de 47% e seguida de aumento na participação das regiões norte e nordeste no PIB nacional de 4,2% e 12% em 1995 para

²⁰ O que não implica no não reconhecimento de nossa parte sobre o *efeito estrutura* sofrido por nossa economia por decorrência da forte concorrência chinesa sobre nossa manufatura.

²¹ Não somente isso, em 2004 as relações entre os dois países avançaram ao patamar de *parceria estratégica*.

²² MDIC

5,3% e 13,5% em 2012, respectivamente²³. Cerca de 34 milhões de brasileiros foram retirados da linha da pobreza²⁴. Mudanças na base de cálculo de aumento do salário mínimo são enunciados numa relação salários x PIB que chega a 38,6% em 2011, saindo de 30,8% em 2004²⁵. Além do papel de investimentos, da nova dinâmica regional interna e da forte inclusão de pessoas no mercado consumidor, estes números indicam o aproveitamento de uma vaga mundial marcada pelo aumento da demanda chinesa por commodities seguida por picos de preço internacional deste tipo de pauta, indicando uma fase ascendente do *juglariano brasileiro* puxado *hacia afuera*.

Na contramão dos próceres da década de 1990, avançou no segundo mandato do presidente Lula na introdução de mecanismos de *socialização do investimento* (Keynes) e retomada mínima do papel do *planejamento estatal* atendendo a objetivos de ampliação de investimentos em infraestrutura (Programa de Aceleração do Crescimento [PAC]). Assim como de manutenção de *demanda efetiva* em meio à crise financeira como o programa *Minha Casa, Minha Vida*. Entre 2007 e final de 2013, cerca de, no âmbito do PAC, R\$ 1,4 trilhão fora investido, sendo que R\$ 470 bilhões foram direcionados à financiamento de casa própria beneficiando 1,39 milhão de famílias²⁶.

Voltando um pouco à abstração. A questão da *reorganização de atividades* entre o Estado e a iniciativa privada e o *instituto da reserva de mercado* são de importância no rumo da composição do

²³ SUDENE. Entre os citados investimentos em infraestruturas cabe assinalar investimentos de porte como o programa “Luz Para Todos”, a ferrovia Transnordestina e as grandes usinas hidrelétricas de Jirau e Belo Monte.

²⁴ IBGE.

²⁵ Idem.

²⁶ Ministério do Planejamento.

DANTAS, A. & JABBOUR, E. Transformações regressivas e a presente...

capitalismo maduro brasileiro²⁷. A análise da transição iniciada em 2003 é também a análise da história do de tentativa de implementação de tais. Abrindo parêntese, nota-se que se outrora a proposta de concessão de serviços públicos à iniciativa privada nacional, por Ignacio Rangel, fora motivo de perplexidade dentro do pensamento heterodoxo, atualmente é praticamente um consenso dentro da própria heterodoxia²⁸.

Neste tocante, pode-se dizer que houve avanços dentro do âmbito do próprio PAC, quanto do extenso programa de concessões lançado com vistas às obras de infraestruturas urbanas

²⁷ Sobre esta reorganização de atividades em Rangel, indicamos a leitura do posfácio à quinta edição (1978) de **A Inflação Brasileira**, posfácio este nas palavras de Bresser Pereira (2005) classificado como antológico, conforme se lê: *Em 1978, com sua concordância, propus a meu amigo e editor, Caio Graco Prado, da Editora Brasiliense, que publicasse uma nova edição de A Inflação Brasileira. Dessa forma queria fazer lembrar o grande economista, que ainda não se recuperara de seu afastamento do BNDES e da vida pública brasileira. A nova edição esgotou-se rapidamente, não apenas porque o livro original que foi publicado sem alterações, era extraordinário, mas porque Rangel incluiu nele um “Pós-fácio” antológico (grifo nosso). Nele, ao invés de voltar às suas ideias dos anos 60, avançou, mostrando de forma pioneira que a economia brasileira estava caminhando na direção de uma grande crise de financiamento, na medida que o Estado brasileiro estava perdendo capacidade para realizar a tarefa fundamental que lhe coubera desde os tempos de Vargas: financiar os investimentos – especialmente dos investimentos na infra-estrutura e nos serviços públicos. Estava ali a previsão da grande crise dos anos 80, e um esboço da teoria da crise fiscal do Estado, que, durante os anos 80, eu procuraria desenvolver em vários trabalhos. Estava ali também a proposta de como resolver a questão, através de um novo tipo de financiamento, baseado na hipoteca das receitas dos serviços públicos.*

²⁸ Neste aspecto (papel das concessões), interessante esta entrevista do professor Belluzzo no portal da CUT, *Belluzzo: motor quebrou e Levy quer consertar a latária*. Em: <http://www.cut.org.br/noticias/belluzzo-motor-do-pais-quebrou-e-levy-quer-arrumar-lataria-48ec/>

à realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas em 2016 e no recente relançamento de outro pacote de concessões (Programa de Investimento em Logística) com previsões de investimentos até 2018 de R\$ 198,4 bilhões, sendo que R\$ 99,8 bilhões voltados a concessões no setor ferroviário²⁹. Nota-se uma tipologia de concessões muito próximas das ideias rangelianas, de tipo *Project Finance* e primeiros experimentos de lançamento no *mercado de capitais de debentures* voltados a investimentos em infraestruturas³⁰.

Esta *reorganização de atividades* avança gradativamente a um patamar mais elevado no lançamento de bases à própria *institucionalização da reserva de mercado* conhecida genericamente como *política de conteúdo nacional “conteúdo nacional mínimo”* nos contratos de fornecimento para o governo e empresas estatais como a Petrobrás e condicionalidade a empréstimos de firmas bancárias como o BNDES. São elementos indispensáveis ao raciocínio tanto em relação ao estágio alcançado da *transição* quanto da forte reação política do *imperialismo* levando à quase cisão atual da sociedade brasileira entre dois projetos antagônicos com impactos profundamente negativos sobre a economia com uma espécie de *Sabotage*, no sentido dado por Thorstein Veblen a processos de ameaças de interesses e suas expressadas, por exemplo, em altas taxas de inflação³¹. A descoberta de imensas jazidas de petróleo na camada do Pré-Sal criou condição ao relançamento do papel da Petrobrás em outro

²⁹ Logística Brasil, <http://www.logisticabrasil.gov.br/>

³⁰ Sobre esta modalidade de parceria público-privada, seus potenciais e limites, ler: SÁ E FÁRIA, V.; BORGES, L. F.: *Project Finance: Considerações Sobre a Aplicação em Infra-Estrutura no Brasil*. **Revista do BNDES**. v. 9, n. 18, P. 241-280. Rio de Janeiro. Dez. 2002.

³¹ O processo de *Sabotage* alcunhado por Veblen em **The Engineers and The Price System** (1921) é muito semelhante à reação dos *oligopsônios* e *monopsônios* no sistema de formação de preços no Brasil, indicados por Ignacio Rangel em **A Inflação Brasileira**.

DANTAS, A. & JABBOUR, E. Transformações regressivas e a presente...

patamar, juntamente com o estabelecimento de um *sistema de partilha* sob comando operacional único e exclusivo de nossa grande estatal. Política em contraste aberto relação a proposta de privatização da companhia em meados da década de 1990 (*Petrobrax*), seguida pela institucionalização do regime de *concessão* de poços de petróleo, obviamente contra os interesses nacionais³². Outro marco *histórico* – dado o papel da intermediação financeira à moldura rangeliana - está na inauguração, pela Petrobrás, do processo de captação de R\$ 126 bilhões no mercado local de capitais em 2010.

Choque de institucionalidades, a “Nova Matriz Macroeconômica” e a necessária e presente mudança institucional

Todo problema econômico deve ser compreendido como um problema institucional, e político. O problema institucional é aquele cuja presença impede o destrave das *forças produtivas*. A *mudança institucional* transforma-se em problema político na esteira dos *interesses de classe* envolvidos na mudança ou manutenção de uma ordem de coisas. Em ambos os casos, o *crescimento econômico* é função destes dois níveis de batalha e possibilidade de radicalização de posições como assistimos hoje no Brasil. A dita “Nova Matriz Macroeconômica” (2012) e seus pressupostos de maior presença do Estado na condução da *política monetária* e *institucionalização da reserva de mercado* foi o estopim do choque e do limite do tolerável entre a política econômica (política de governo) e a política monetária (política de

³² No regime de partilha, a propriedade do petróleo extraído é do Estado. A vencedora do leilão assume o custo e o risco de explorar e extrair o produto, em troca de parte do que for produzido. Já na concessão, vigente nos antigos contratos de exploração, o vencedor do leilão paga um valor ao Estado em troca da propriedade do petróleo extraído em um certo bloco, por um certo que pode variar de 20 a 30 anos. Os leilões de partilha foram vencidos pela própria Petrobrás juntamente com a Shell, Total e as gigantes chinesas CNPC e CNOOC.

Estado), sendo esta última variável estratégica legitimada no âmbito das *transformações regressivas* assistidas na década de 1990³³.

É tanto verdade que o Brasil avançou no rumo da transição à Quarta Dualidade quanto é verdade, também, que o *limite estrutural* (*indústria* e o processo de *desindustrialização*) amplificou-se no último decênio. Os dados são claros para afirmar isto: a relação investimentos x PIB, e seus respectivos picos nos terceiros trimestres de cada ano, desde 2002, nunca foi maior do que 20%. Sendo a maior média anual do período registrada em 2010 (19,46%)³⁴. O paradoxo deste processo está na queda acentuada da indústria em sua participação total no PIB, que em 2012 atingiu seu piso histórico desde 1955: 13,3%³⁵. Mais, em dez anos, a balança comercial da *indústria de transformação* saiu de superávit de US\$ 24,06 bilhões em 2004, para deficitária em US\$ 63,5 bilhões em 2014³⁶. Os dados expostos sobre os avanços do último decênio expressados na contradição com a queda da participação da indústria na composição do PIB, acrescidos com baixos níveis de desemprego dão formato ao *crescimento pautado pelo consumo* de um lado com o *efeito estrutura* resultante da baixa capacidade de resistência brasileira às exportações de manufaturados asiáticos, sobretudo chineses. O primeiro plano distante da superfície da análise do processo está na permanente combinação entre *altas taxas de juros e valorização cambial*,

³³ Um quadro contendo os componentes institucionais do modelo econômico regressivo implementado na década de 1990 pode ser encontrado em: BRUNO, M. *Ortodoxia e Pseudodesenvolvimentismo: nunca dantes uma receita foi tão infeliz*. **Insight Inteligência**. Abril, Maio, Junho/2015. p. 94-105.

³⁴ IPEADATA.

³⁵ Dado disponível em estudo encomendado pela FIESP (*Por que Reindustrializar o Brasil?*), em <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/por-que-reindustrializar-o-brasil/>

³⁶ *Déficit na indústria atinge US\$ 63,5 bilhões em 2014*. **Valor Econômico**. 24/02/2015.

variável última que desceu à casa do US\$ 1 = R\$ 1,50 no crepúsculo do segundo mandato do presidente Lula e com a variável 1 (juros) prenunciando o início e o fim da era do *crescimento pelo consumo* (alta acentuada do endividamento das famílias). A taxa SELIC ajustada não somente à *precificação da moeda*, mas também como *referência geral de preços* torna-se o principal elemento de *inércia* da economia. Oportuno dizer que o período fora caracterizado por grandes incentivos ao *fator trabalho* (salário, consumo e expansão de direito) e pouco ao *fator capital* (*políticas monetárias* convidativas ao *investimento*), transformando a *dialética da capacidade ociosa* em problema de realização com linha final na problemática que envolve o teto da *taxa de investimentos*.

Abrindo novo parêntese, a síntese na relação/contradição entre *forças produtivas* x *relações de produção* tornaram-se evidentes, explosivas. O relaxamento de *relações de produção* (aumento da participação dos salários no PIB, valorização do salário mínimo, geração de 18,5 milhões de empregos entre 2003 e 2014³⁷, profundidade dos programas de transferência de renda e elevação sem paralelo nas vagas em universidades etc.) não teve espelho no desenvolvimento das *forças produtivas* (baixa relação entre taxas de investimento x PIB, baixa produtividade do trabalho na indústria, falta de imensas obras de infraestruturas urbanas, não-melhora na qualidade de serviços públicos etc). As manifestações de 2013 irrompidas nas principais cidades do país foi a revolta das *relações de produção* contra as *forças produtivas* instaladas prenunciando, num retorno ao argumento, o fim do limite tolerável de convivência entre os dois níveis institucionais supracitados³⁸. A

³⁷ IBGE, dados anualizados.

³⁸ Sobre isto, ler: JABBOUR, E.: *As manifestações: neoliberalismo x mais desenvolvimento*. **Portal da Fundação Maurício Grabois**. 03/08/2013. Disponível em: http://grabois.org.br/portal/noticia.php?id_sessao=8&id_noticia=11560

DANTAS, A. & JABBOUR, E. Transformações regressivas e a presente...

crise de superprodução/superpopulação agrária e seu trânsito como *problema urbano*, anunciado por Rangel em seu tempo, confirma-se. E com soluções nada longe do que as colocadas pelo gênio maranhense.

A “Nova Matriz Macroeconômica” chega com o objetivo de enfrentar o problema da participação privada no total dos investimentos, acelerar a mudança de eixo de crescimento do consumo ao investimento e do “externo” ao “interno”. Objetivos corretos e em consonância, mesmo dentro da ortodoxia, sobre a necessidade relacionada entre participação privada maior e elevação da taxa de investimentos. A ofensiva *desenvolvimentista* ocorreu com a denúncia, em rede nacional, por parte da presidenta Dilma tanto dos juros quanto dos *spreads* praticados pela *grande finança privada nacional*, seguida pela forte redução da taxa de juros ao seu menor patamar histórico e o posicionamento dos *bancos públicos* no mercado de crédito. *Desonerações fiscais*, *aumento de intervenção estatal sobre preços administrados* como a energia elétrica, além da *citada tentativa de institucionalização da reserva de mercado*. O arsenal completa-se com a continuidade de *repasso de recursos do tesouro* ao BNDES e outras formas de subsídios amparados pelo *Tesouro Nacional*. Porém, o *crescimento econômico* não veio. Quais os motivos, além da aludida *insegurança jurídica* e suas consequências no desempenho do *produto*?

Devemos remontar ao *pacto de poder* reposto com a eleição de Lula. Reposto, pois *burguesia industrial* apeada, desde as eleições de Collor em 1989, do *pacto* que sustentou a *Terceira Dualidade* – em um processo que culmina no golpe dado pela grande finança (1994/1999) –, retorna ao núcleo de poder com Lula. A *Carta aos Brasileiros* afiança este pacto e os compromissos que sustentariam *politicamente* o governo por oito anos consecutivos. Inicia-se assim a transição à *Quarta Dualidade*

condicionada *positivamente*, no *polo interno*, pelo acúmulo de forças por parte dos *movimentos populares* em meio à barbárie da década de 1990 e pelo *polo externo* pelos primeiros abalos da ordem *financeirizada* e a *ascensão chinesa*³⁹. Porém, não se pode menosprezar o alcance representado pelo golpe representado pelo *Plano Real* (1994) e a do *Tripé Macroeconômico* (1999) sobre o *subjeto determinante* do processo político. Houve um assalto completo ao aparelho de Estado e, principalmente, sobre os mecanismos de emissão e precificação monetária (poder político, de fato): corrompimento aberto dos *meios indutores de conhecimento* (academia) e de assalto à *subjatividade popular* (mídia) ainda não revertido, ao contrário, recrudescido. Além do acantonamento ultraliberal em órgãos vitais do próprio Estado (Banco Central, Polícia Federal, Ministério Público, STF etc.).

A *Economia Política* dos limites expostos da “Nova Matriz Macroeconômica” é a história da brusca e *voluntarista* tentativa de rompimento com um *pacto político* (2002) numa tentativa de deslocamento da *grande finança* do pacto lembrando o fracasso retumbante de um “choque heterodoxo” (Plano Cruzado), cujas críticas agudas de Rangel, além da economia, recorria à máxima *marxista* para quem a vitória de uma força somente se torna real quando esta mesma ideia se transforma em força material. Parece ter explodido a panela de pressão do esgotamento do *modelo de crescimento pautado pelo consumo* e no esgarçamento da contradição entre *forças produtivas x relações de produção* materializadas nas manifestações de 2013, devidamente capturadas

³⁹ Bom explicar que essa mudança de *polo externo* ocorre de maneira diversa às anteriores, pois o poder do *imperialismo* ainda é intangível numa ordem tal onde é claro seu poder e capacidade de exercer violência virulenta e amplo poder de veto sobre governos e nações. Como percebe-se no recrudescimento neoliberal sobre a periferia europeia e na força de chantagem, desestabilização e indução de movimentos golpistas pro parte das chamadas “agências de risco” (leia-se, *imperialismo*).

pelo *campo conservador* e a *extrema-direita*. A quarta vitória eleitoral das *forças progressistas* ocorre nos marcos de uma correlação de forças completamente adversa⁴⁰.

Em um ambiente onde as expectativas bem racionais de inflação podem ser gerenciadas em conjunto entre a mídia conservadora, os *oligopólios/ monopólios* e os *oligopsônios/monopsônios (Sabotage)* e anabolizada por incertezas da conjuntura econômica internacional, seria previsível que a queda brusca da taxa de juros seria indicador do não cumprimento da *meta anual de inflação* e do *superávit primário* em sua totalidade (dois pilares institucionais do *Real*). O crescimento não veio, como se sabe. Causa e consequência de uma classe empresarial que acompanha a *grande finança*, literalmente “pulando do barco”. O *ajuste fiscal* em curso é a ordem natural das coisas quando os *dois preços básicos da economia* (juros e câmbio) não estão sob controle do Estado, recaindo sobre o Tesouro o ônus da manutenção de *demanda efetiva* mínima. A conta simplesmente chegou. Questões devem ser feitas: são os juros a grande “jabuticaba” da economia brasileira? O alvo preferencial seria este *preço da economia* ou a *institucionalidade* que a conduz?

Não é incomum assertivas para quem uma série de ações deveriam ocorrer em meio ao boom das commodities, evitando nova vaga desindustrializante e nos preparando ao momento em que a crise chegaria, enfim, à periferia do sistema. É inegável que a “Nova Matriz Macroeconômica” veio a responder aos limites do modelo, conforme já expomos. Porém, a verdade reside no profundo. Acompanhando a muito atual linha de raciocínio de

⁴⁰ Uma grande operação policial (Lava Jato) arrasta-se com alvos definidos claros, de interesse da grande finança interna e ao próprio *imperialismo*: o governo Dilma, o ex-presidente Lula e o capital nacional (Petrobrás e engenharia brasileira como um todo).

Ignacio Rangel, o fechamento relativo de mercados externos – incorrendo na necessidade de dar estopim ao *crescimento para dentro*, a exemplo da correção monetária instituída no final da década de 1960, capaz em seu tempo de manter o impulso do investimento em um momento em que a relação entre os juros praticados e a taxa de inflação favorecia, em tempos de alta inflacionária, uma corrida pela *imobilização*.

A mudança institucional capaz de prover condições a saltos na relação taxa de investimentos x PIB – e colocar, de uma vez por todas, o setor privado no leme do processo – está na **revisão da temporalidade ao cumprimento das metas de inflação**⁴¹. Não se trata de proscreve-las totalmente. O que demanda, evidente à moda de Ignacio Rangel, de deixar de lado o debate do problema pela “porta de saída”, como *fenômeno*, logo, tomando a “Nuvem por Juno”. E sim, percebendo o *epifenômeno* por detrás de processos políticos, institucionais e econômicos complexos, nos desvencilhando de visões eivadas de vícios neoclássicos (ausência de política, comportamento das classes sociais no processo etc). Afora a não percepção da linha tênue da convivência entre duas institucionalidades iniciada em 2003, o começo e o fim da experiência da “Nova Matriz Macroeconômica”, tendo como ponto de partida o pensamento de Ignacio Rangel, foi não dar aparato institucional a medidas de grande sensibilidade política e capazes de romper o pacto de governabilidade.

A questão é a retirada do elemento de inércia anexa à taxa de juros e o exagero em sua utilização como amortecedor de

⁴¹ Justiça deve ser feita a alguns nomes de uma brilhante geração de economistas pós-keynesianos em nosso país pelo serviço que têm prestado ao apontamento dos reais problemas de fundo de nossa economia. Este problema do atual regime de metas de inflação, distante ainda de sua necessária colocação no centro do debate, já é abordada – por exemplo – em: PAULA, L. F.; SARAIVA, P. J.: *Regime de Metas de Inflação: Lições a partir da revisão do "Novo Consenso"*. **Revista Política Social e Desenvolvimento**. Ano 3, junho de 2015.

disfunções sazonais de preços, que por sua vez – como há tempos – são “ajustados” por elementos estranhos à lei da oferta e procura. Na ponta do processo, este papel equivocado da variável juros rebate diretamente no câmbio, o valorizando ao invés de o transformar (taxa de câmbio) em funcionalidade virtuosa numa economia internacional integrada como fonte de formação de reservas protetoras, e se convertendo em óbvio instrumento de *planificação do comércio externo* de um modelo, que deverá ser de *export-led*. Resumindo: uma economia aberta e pautada pela necessidade de busca de centros de metas inflacionárias *anualizadas* é incompatível, no atual estágio de nosso desenvolvimento com o enfrentamento aos desafios que nos atormentam de enfrentar pesados *desequilíbrios estruturais* (indústria), *sociais* (ainda gritante desigualdade social) e *internacionais* (agressividade imperialista, transição de centro dinâmico da economia internacional e maior protagonismo do quinto maior país e sétima economia mundial). Eis as expressões das reais jabuticabas da economia brasileira hoje.

Por fim, é evidente que **o futuro do capitalismo brasileiro**, no rumo indicado por Ignacio Rangel, demanda – atualmente – recomposição do debate sobre os nossos reais problemas, que muito antes de se localizar na já citada “porta de saída” (juros e câmbio tão e somente) deve se situar na raiz do *processo histórico* das institucionalidades surgidas no âmbito do Plano Real (1994) e os estertores do Tripé Macroeconômico (1999). É criar condições políticas à superação de uma ordem institucional legitimadora de um poder de classe estranho aos objetivos da Revolução de 1930, na estratégia de amadurecimento de nosso capitalismo intrínseca à Quarta Dualidade.

Considerações finais: a obra viva do maior pensador brasileiro do século XX

O pensamento econômico brasileiro moderno é marcado por uma série de colaborações que até hoje servem de base ao

pensamento nacional de caráter desenvolvimentista. Exemplos são muitos, entre eles Celso Furtado e sua obra magna, Formação Econômica do Brasil, a quem – independente das críticas a posteriori –, devemos a importante elaboração da constituição de um *centro dinâmico* interno à economia brasileira pós-crise de 1929. Na mesma linha de raciocínio de nosso desenvolvimentismo clássico – exposto desde nosso “Patriarca da Independência” (José Bonifácio), passando por Octávio Brandão e Caio Prado Jr até Celso Furtado – podemos aferir, numa visão particular, no Pensamento Independente de Ignacio Rangel o ápice do *desenvolvimentismo* expresso num alto grau de sofisticação teórica e conceitual, servindo como luz estratégica de condução diante da lógica espiral dos *desequilíbrios sobre desequilíbrios* e assim sucessivamente.

Intentamos aqui demonstrar a atualidade de seu pensamento que como toda *matéria histórica* deve ser confrontada com a realidade, de forma constante e como condição de seu aperfeiçoamento contínuo e como principal *critério de validação teórica*. Tem sido uma *ótima* constante o ressurgimento de debates em torno da obra rangeliana, sobretudo em função de seu aniversário 100 de nascimento. Porém, o desafio deve ir além da homenagem em si centrada – sobretudo – em sua re colocação entre os grandes nomes da historiografia econômica brasileira ao ponto de percepção da vitalidade de suas ideias neste difícil momento que passa nosso país. Foi este o rumo deste artigo na tentativa de colocá-lo como um pensador marxista genial de nosso processo histórico de acumulação. Além disso, na esteira de Marx e Lênin, conseguindo apontar rumos estratégicos, de identificação de nós institucionais em concordância com o nível da grande batalha política entre as diferentes classes em disputa pelo excedente econômico.

É neste tocante, diferenciação de Rangel em comparação com seus interlocutores, é que o classificamos como o maior pensador brasileiro do século XX, cujo pensamento é núcleo necessário da elaboração de uma grande estratégia nacional

DANTAS, A. & JABBOUR, E. Transformações regressivas e a presente...

brasileira diante dos desafios que a realidade nacional e internacional tem nos confrontado.

A análise rangeliana do processo em marcha, reconhece os avanços ocorridos nos anos, seu papel de estarte de transição à Quarta Dualidade, porém coloca acento na necessidade de superação dos marcos institucionais concebidos e implementados nos marcos, e no rumo aberto no início da década de 1990 de liberalização financeira, do lançamento do Plano Real e da implementação do Tripé Macroeconômico – verdadeira jabuticaba da economia brasileira.

Que tenhamos a consequência política de perceber, enxergar além da parede. De produzirmos e reproduzirmos uma teoria que ainda se encontra em seu estágio de infância, demandando desenvolvimento. Como o marxismo adaptado à realidade brasileira, corpo científico de transformação da realidade. De uma realidade complexa, fértil de campo de estudo e principalmente de ação.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, P. R.: *O desenvolvimento econômico do Brasil no contexto mundial, de 1820 a 2006: uma análise histórica com base em indicadores de desempenho*. **Revista de Economia e Relações Internacionais**. v. 5, nº 10. Jan./2007.

BIELSHOWSKY, R. **O Pensamento Econômico Brasileiro. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRUNO, M. *Ortodoxia e Pseudodesenvolvimentismo: nunca dantes uma receita foi tão infeliz*. **Insight Inteligência**. Abril, Maio, Junho/2015. p. 94-105.

BRESSER-PEREIRA, L. C.: *Proposta de Desenvolvimento para o Brasil*. SICSU, J; PAULA. L. F. de; MICHEL, R. (org.): **Novo-**

DANTAS, A. & JABBOUR, E. Transformações regressivas e a presente...

Desenvolvimentismo. Konrad Adenauer Stiftung. Manole. São Paulo, SP.

_____ & REGO, J. M. *Um mestre da economia brasileira: Ignacio Rangel.* **Revista de Economia Política.** v. 13, nº 2 (50). Abril-junho/1993.

CASTRO, M. H.; BIELSCHOWSKY, R. BENJAMIN, C.: *Notas sobre o pensamento de Ignacio Rangel no centenário de seu nascimento.* **Revista de Economia Política.** v. 34, nº 4 (137). Outubro-dezembro/2014.

DIAS PEREIRA, J. M. *O centenário de Ignacio Rangel.* **Revista de Economia Política.** v. 34, nº 4 (137). Outubro-dezembro/2014.

JABBOUR, E.: *As manifestações: neoliberalismo x mais desenvolvimento.* **Portal da Fundação Mauricio Grabois.** 03/08/2013. Disponível em: http://grabois.org.br/portal/noticia.php?id_sessao=8&id_noticia=11560.

MAMIGONIAN, A: *Introdução ao pensamento de Ignacio Rangel.* **GEOSUL.** v. 2, n 3. 1987. p. 63-71.

PAULA, L. F.; HERMANN, J.: *Economic Development and Functionality of the Financial System in Brazil: a Keynesian approach.* In, BRESSER-PEREIRA, L. C.; KREGEL, J.; BURLAMAQUI, L (ed.) **Financial Stability and Growth: Perspectives on financial regulation and the new developmentism.** Abindon: Routledge, 2014. P. 261-281.

_____; SARAIVA, P. J.: *Regime de Metas de Inflação: Lições a partir da revisão do "Novo Consenso".* **Revista Política Social e Desenvolvimento.** Ano 3, junho de 2015.

- DANTAS, A. & JABBOUR, E. Transformações regressivas e a presente...
- RANGEL, I.: *A história da dualidade brasileira*. In: RANGEL, I.: **Obras Reunidas**. v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- _____ : “A quarta dualidade”. In, RANGEL, I.: **Obras Reunidas**. v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. P. 645-654.
- _____ : *A “verdade cambial”*. In: RANGEL, I.: **Obras Reunidas**. v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 243-245.
- _____ : *Fogo, blindagem e conjuntura*. **GEOSUL**. v. 5, n 10. 1990. p. 7-19.
- ROBINSON, J.: **An Essay on Marxian Economics**. Papermac160. London, 1942.
- SÁ E FARIA, V.; BORGES, L. F.: *Project Finance: Considerações Sobre a Aplicação em Infra-Estrutura no Brasil*. **Revista do BNDES**. v. 9, n. 18. Rio de Janeiro. Dez. 2002.

Recebido em dezembro de 2015
Aceito em abril de 2016